

## Comunicado ao Grupo de Trabalho de Perus (GTP) e ao CAAF (2018)

*Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Grupo Tortura Nunca Mais/RJ*

“A única luta que se perde é a que se abandona!”

Nós, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos<sup>1</sup>, temos atuado na busca dos desaparecidos políticos, desde ao menos 1974. Tivemos participação nas campanhas pela anistia ampla, geral e irrestrita, pela redemocratização do país, pela abertura da Vala de Perus, em 1990, entre outras iniciativas. Sabemos há muito das dificuldades enfrentadas pelos diversos órgãos do Estado brasileiro em avançar, neste longo processo de busca e identificação dos desaparecidos políticos. Processo, no qual todas as conquistas se dão efetivamente por intermédio de nossa participação. O Grupo de Trabalho de Perus e a criação do CAAF se iniciaram em resposta às nossas reivindicações históricas, cujo ápice se deu com a condenação do estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em dezembro de 2010, em decorrência da petição dos familiares dos desaparecidos do Araguaia.

<sup>1</sup> Nota editorial: A identificação dos desaparecidos políticos desde a abertura da Vala de Perus em 1990, na prefeitura de Luiza Erundina, foi retomada com a criação do Grupo de Trabalho Perus em 2014, de que faz parte o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Unifesp. No entanto, as condições de trabalho, sempre precárias, com a falta de uma equipe técnica permanente, agravaram-se com a tomada do poder por Miguel Temer. Essa ameaça a um trabalho fundamental para o campo da justiça de transição motivou a carta dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Neste momento de retrocessos e afrontas aos direitos humanos e à democracia, comemoramos ao lado da opinião pública a identificação do desaparecido político Dimas Antônio Casemiro (1946-1971) e reafirmamos nosso voto de confiança no Grupo de Trabalho Perus e no CAAF.

No entanto, preocupam-nos alguns fatores que podem comprometer a continuidade das investigações relativas às ossadas encontradas na vala clandestina de Perus.

Lamentamos, tempos depois da saída da Equipe Argentina de Antropologia Forense, que a Equipe Peruana de Antropologia Forense, cujos parâmetros técnicos informaram o método de identificação, tenha deixado o GTP em outubro de 2017 por não ter sido renovada a sua contratação. A importância da participação dessas organizações não governamentais, pioneiras e de renome internacional, na investigação e identificação de desaparecidos políticos, se dá pelo fato de serem independentes do estado, o qual foi responsável pelos desaparecimentos forçados e que, na atualidade, ainda não assumiu inteiramente suas responsabilidades.

Verificamos a necessidade de o GTP informar ao Comitê de Acompanhamento todas as etapas do andamento dos trabalhos, de forma que também possamos participar de seu processo decisório e não apenas sermos informados das decisões já tomadas. Ressalte-se que, os familiares e a sociedade civil são pouco ouvidos em suas propostas e demandas. Nesse sentido, reiteramos que consideramos essencial para o andamento das investigações do GTP, o estabelecimento de uma relação mediada pelo diálogo franco e transparente.

É de se considerar que, uma das recomendações da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” trata, justamente, da identificação dos desaparecidos políticos da Vala de Perus, com a “garantia de participação dos grupos de familiares em todo processo”.

Salientamos ainda, a urgência de assegurar administrativamente a continuidade dos trabalhos de identificação dos restos mortais da referida vala, sem as interrupções que vem sistematicamente sofrendo, o que prejudica consideravelmente o andamento do processo. Subli-

nhamos também, a necessidade da manutenção dos profissionais que têm atuado neste trabalho com tanto zelo.

Por fim, ressaltamos a relevância do acolhimento dado pela Unifesp a este trabalho, o que deverá ser mantido e acrescido da constituição de um curso regular de antropologia e arqueologia forense, voltado especificamente à defesa dos direitos humanos, facilitando os avanços na formação de profissionais e pesquisadores nesta área.

Devido ao que aqui foi exposto, reiteramos a necessidade de que todos os desaparecidos políticos sejam identificados! Entre eles, aqueles que as pesquisas prévias revelam que estão entre as ossadas da vala de Perus, conforme a documentação exaustivamente consultada por nós. São eles: Grenaldo de Jesus da Silva (1941-1972) e Francisco José de Oliveira (1943-1971).

São Paulo, 17 de março de 2018.

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

Grupo Tortura Nunca Mais/RJ

Adriano Diogo

Clovis Petit de Oliveira (irmão dos desaparecidos políticos Maria Lucia Petit da Silva, Jaime Petit da Silva e Lúcio Petit da Silva)

Criméia Alice Schmidt de Almeida (viúva do desaparecido político André Grabois)

Edson Luis de Almeida Teles (Sobrinho do desaparecido político André Grabois)

Helenalda Rezende de Souza Nazareth (irmã da desaparecida política Helenira Rezende de Souza Nazareth)

Igor Grabois Olimpio (filho, neto e sobrinho dos desaparecidos políticos Gilberto Olímpio Maria, Maurício Grabois e André Grabois)

Janaína de Almeida Teles (Sobrinha do desaparecido político André Grabois)